

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA- UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO- CE
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS - DHP
CURSO DE PEDAGOGIA: ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO

ALEXANDRA COSTA ALVES DA SILVA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS E A OBRIGATORIEDADE
DO ESTUDO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-
BRASILEIRA E INDÍGENA:** uma compreensão da Licenciatura em
Pedagogia com área de aprofundamento na Educação do Campo

JOÃO PESSOA-PB
2017

ALEXANDRA COSTA ALVES DA SILVA

FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS E A OBRIGATORIEDADE DO ESTUDO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: uma compreensão da Licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento na Educação do Campo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Curso de Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo, junto ao Departamento de Educação do Campo (DEC), do Centro de Educação da UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de pedagogo/a.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira

Co-orientação: Professora Ana Clara da Silva Nascimento

JOÃO PESSOA-PB
2017

S586f Silva, Alexandra Costa Alves da.

Formação de professores/as e a obrigatoriedade do estudo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena: uma compreensão da licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento na Educação do Campo / Alexandra Costa Alves da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2017.

42f.

Orientadora: Ana Paula Romão de Souza Ferreira
Co-orientadora: Ana Clara da Silva Nascimento
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia - Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação etnicorracial. 2. Currículo. 3. Pedagogia - licenciatura.
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37-051(043.2)

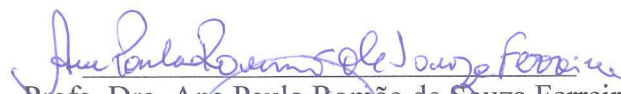
ALEXANDRA COSTA ALVES DA SILVA

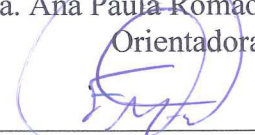
**FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS E A OBRIGATORIEDADE
DO ESTUDO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-
BRASILEIRA E INDÍGENA: uma compreensão da Licenciatura em
Pedagogia com área de aprofundamento na Educação do Campo**

Aprovado

Em, 07/06/2017

BANCA EXAMINADORA


Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira
Orientadora


Prof. Dr. Fábio Nascimento da Fonseca
Examinador externo

DEDICO aos povos que sofreram, lutaram e lutam pelos seus direitos que foram roubados e por uma história que foi “esquecida” ou que apenas não foi contada como deveria. E ao meu pai Izaias, que sinto tanta saudade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças, sabedoria e proteção nessa caminhada, mostrando que com perseverança e fé alcançamos nossos objetivos;

Agradeço aos meus pais pela dedicação e força, por sempre estarem ao meu lado, me incentivando a lutar e a nunca desistir;

Ao meu noivo Paulo César, pela paciência, pelo incentivo por sempre está ao meu lado e por me amar;

Às minhas irmãs pelo fato de sempre sentirem orgulho de mim, pois isso me ajudou a sempre prosseguir para nunca decepcioná-las;

Aos meus avós paternos por sempre estar ao meu lado, me dando força ajudando no que se precisa e por me amar;

A meu tio Messias Alves da Silva, por sempre disponibilizar seu computador quando eu precisava, por sempre me dar força e por me amar;

À minha professora orientadora, Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira, pela força e dedicação nesse percurso de estudos, que apesar de sua sobrecarga de orientações, ela encontrou uma brechinha para me encaixar. E as demais professoras/ os que passaram na minha vida, que marcaram minha história acadêmica através da dedicação e responsabilidade e amor em ser educador/a;

Ao professor Dr. Fábio Nascimento da Fonseca, por ler meu trabalho e participar de uma forma sempre tão grandiosa na minha formação.

A professora que aceitou ser entrevistada e colaborar com essa pesquisa.

À minha amiga e co-orientadora Professora Clara Nascimento e todas as contribuições que ela deu para meu trabalho.

Aos meus amigos e colegas, que fizeram parte da minha trajetória na universidade, estiveram sempre ao meu lado, compartilhando os bons e maus momentos, especialmente Ellen Lima, Márcio Rodrigues, Aline Lorena, Valnéia, Gleyka, Jaqueline Onice, Ivo Correia e outros.

À esposa do meu tio, Josineide Barbosa, a minha prima Priscila Paz, que me deram a oportunidade de atuar em sala de aula em sua escola, onde pude colocar em prática tudo que aprendi na universidade e com a prática aprender aquilo que só com a realidade podemos aprender;

Aos alunos/as, que tive durante minha experiência em sala de aula, pois pude conhecer a visão de mundo deles que me permitiu enxergar a educação como algo maior capaz de transformar vidas, capaz de transformar algo bruto em algo diversificado, crítico.

Aos que contribuíram para a execução da minha formação, muito obrigada.

*[...] Sou índio, sou africano, sou europeu,
Sou budista, sou cristão, sou judeu,
Sou amarelo, sou branco, sou negro,
Sou mistura do mundo, com prazer sou
brasileiro.*

Lucas Mires

RESUMO

O presente estudo teve como intenção analisar se está sendo ministrada à disciplina de história e cultura africana, afro-brasileira e Indígena no Curso de Pedagogia, com área de aprofundamento na educação do campo, conforme a legislação vigente. Para tanto, a questão norteadora da pesquisa foi como vem sendo ofertado e planejado o estudo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no referido Curso vinculado ao Centro de Educação da UFPB? Tendo como objetivo geral: Investigar se o Curso de Licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento na educação do campo, do Centro de Educação da UFPB está preparando professores para levar adiante o estudo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena com a abordagem da obrigatoriedade na sala de aula. Como objetivos específicos: Compreender o motivo da obrigatoriedade e nos estudos da história e cultura afro-brasileira e indígena na legislação educacional; Identificar no fluxograma do Curso de Pedagogia com área de aprofundamento na educação do campo quais às disciplinas abordam a questão dos estudos da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena; E analisar as Ementas e os Planos de Ensino/Curso que abordam o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. A metodologia se deu de forma dedutiva, a partir de uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, documental e aplicada a um estudo de caso docente. Os procedimentos de coleta de dados foi através da análise do PPC do Curso, Plano de Curso da disciplina e aplicação de questionário com questões abertas, procedendo a uma análise de conteúdo, da fala da docente. Esse estudo revelou que apesar de ser um avanço a implementação do ensino das relações etnicorraciais, ainda precisa ser revisado aspectos importantes, tais como: ampliar o conteúdo para o ensino de educação indígena; uma necessária articulação entre os docentes que ministram essa disciplina com outros docentes envolvidos nessa temática nas mais variadas licenciaturas e até bacharelados. Possibilitar o aprofundamento dos alunos do Curso de Pedagogia (educação do campo) em outros níveis de ensino.

Palavras-chave: Educação Etnicorracial. Currículo. Licenciatura em Pedagogia.

ABSTRACT

The present study had the intention of analyzing whether the subject of African, Afro-Brazilian and Indigenous history and culture is being taught in the Pedagogy Course, an area of deepening in the education of the field, according to the current legislation. For that, the question of ongoing and planned research or study of African, Afro-Brazilian and indigenous history and culture without references. Course linked to the Education Center of the UFPB? Having as a general objective: To investigate whether the Degree in Pedagogy with an area of deepening in the education of the field, to make Education Center of the UFPB is preparing teachers to carry out or study of African, Afro-Brazilian and indigenous history and culture with an approach compulsory in the classroom. Specific parameters: To understand the reason for the obligatoriness and in the studies of the history and culture Afro-Brazilian and indigenous in the educational legislation; Identify in the flowchart of the Course of Pedagogy with an area of deepening in the education of the field and the disciplines approach the question of African, Afro-Brazilian and indigenous history and culture studies; And analyze how menus and the Plans of Teaching / Course that approach the teaching of African history, culture, Afro-Brazilian and indigenous. A methodology, if in a deductive way, from a qualitative, bibliographical, documentary and applied to a case study study. The procedures of data collection from the analysis of the PPC of the Course, Course Plan of the discipline and application of the questionnaire with open questions, proceeding to a content analysis, of the teacher's speech. This study revealed that despite an evaluation of the teaching of religious relations and nations, still need to be reviewed important, such as: expand content for teaching indigenous education; A disciplinary requisition with other teachers involved in this subject in the most varied degrees and even baccalaureate. Enable the deepening of the students of the Course of Pedagogy (field education) in other levels of education.

Key words: Ethnical Education. Curriculum. Degree in Pedagogy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	METODOLOGIA	14
3	CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO.....	15
3.1	O QUE É A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO.....	15
4	EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS.....	18
4.1	O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA.....	18
4.2	CURRÍCULO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA.....	25
5	ANÁLISE DOS DADOS.....	28
5.1	O CURSO DE PEDAGOGIA COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO NA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO.....	28
5.2	ANÁLISE DO COMPONENTE CURRICULAR QUE ABORDA O TEMA DO ESTUDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA.....	31
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS.....	36
	APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

“Que a universidade se pinte de negro, que se pinte de mulato. Não só entre os alunos, mas também entre os professores. Que se pinte de operários e de camponeses, que se pinte de povo, porque a universidade não é patrimônio de ninguém, ela pertence ao povo”.

(Ernesto Che Guevara)

Preludiamos este trabalho com uma frase dita por Ernesto Che Guevara em dos seus discursos, por acreditar que ela sintetiza os nossos questionamentos que nos levaram para essa pesquisa. Estará à universidade sendo um lugar para/do povo? Pintada de negro, mulato, operário ou camponês? É imprescindível reconhecer que a universidade é um patrimônio do povo, sendo assim, estamos formando profissionais para atuar em função de quem?

A partir disso, definimos o seguinte tema para nossa pesquisa: Formação de professores/as e a obrigatoriedade do estudo da história e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena: uma compreensão da Licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento na educação do campo.¹ Este tem profundas ligações com o meu cotidiano, pois sou estudante do curso de Pedagogia - Educação do Campo, professora e negra.

Quando entrei na universidade minha vida mudou, talvez dissesse, que o destino me fez caminhar por um percurso inverso aos meus sonhos. Desejava cursar Direito, mas não para ser advogada, queria ir além, me tornar juíza. Contudo, após várias tentativas sempre fiquei na lista de espera. Como diz o ditado popular “tudo é no tempo de Deus”. Entrei no Curso de Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo, através da reopção de curso, e sigo levando até hoje.

No tempo de ensino médio eu dizia: “- Deus me livre ser professora, as coitadas sofrem com esses meninos!” E hoje aqui estou já atuando em sala de aula e posso dizer que esse curso foi e é gratificante em minha vida, pois é através da educação que vidas são transformadas e tenho orgulho de pode fazer parte da história dos alunos que já passaram por mim. Daí muitas pessoas falam: “- Além de ter que ensinar tem que ser no campo?”, e respondo que o povo do campo não tem direito a uma educação voltada a

¹Ao longo do texto no que se referir sobre o curso de Licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento na Educação do Campo, nomearemos de Pedagogia – Educação do Campo.

sua realidade. Tenho orgulho do meu curso, pois ele é uma conquista de muitas lutas de movimentos populares e que envolve todos povo do campo, inclusive os índios e os negros. Povos que sempre lutaram por liberdade, por educação, por moradia e qualidade de vida. Na busca de um mundo com criticidade e a força de vontade de lutar de se mobilizar por algo que irá beneficiar não apenas a se, mas a todos de forma justa e igualitária.

Como estudante do curso de Pedagogia-Educação do Campo, percebo a necessidade do curso proporcionar um ensino mais aprofundado nessa temática. E com a compreensão dessas culturas é que nós como graduandos iremos adequar e ampliar um currículo escolar específico para as escolas. E com isso irá trazer benefícios não só para educação, mais também para sociedade que irá perceber o quanto essas culturas são importantes para o nosso país. Por isso é preciso, que a sociedade tenha conhecimento da cultura que faz parte não só da comunidade quilombola e indígena, mas sim de todo o país. E com isso combater o preconceito racial que existe até hoje.

Nas comunidades quilombolas e indígenas, por exemplo, vivem uma população com histórico de luta e resistência entregue às mais diversas formas de dominação e exploração. Essas comunidades buscam dentre as ações necessárias para a garantia ao direito à educação, a formação de professores, um maior investimento público, garantindo a ampliação e melhoria da estrutura física das escolas, e a produção e aquisição de material didático específico.

As políticas e as experiências de formação de professores não contemplam, na maioria das vezes, uma preocupação com a formação para quem pode atuar ou já atua nas escolas quilombolas e indígenas. Ainda predomina a presença de professores leigos, com propostas pedagógicas desvinculadas da realidade da vida da comunidade, que não respeitam, nem valorizam a cultura deles, suas identidades, suas histórias, suas raízes, seus valores.

Por conta da desigualdade sofrida por eles à busca pelo reconhecimento e políticas públicas que garantam o direito à educação, à memória, à história e à diversidade sociocultural são contínua. E a universidade tem um importante papel nessa busca, ela pode ser um elemento para ajudar ou piorar. Qual é a cor de nossa universidade? Ela estar pintada de negro, camponês, operário, índio, ribeirinhos, caiçaras e agricultor familiar? Ou é pintada da/para elite? A formação dos estudantes nas licenciaturas é para trabalhar com que povo? Um curso voltado para as especificidades do campo vem formando licenciados com a preocupação as questões do

povo? Diante essas perguntas nosso problema nesse Trabalho de conclusão de curso (TCC) é a seguinte: Como vem sendo ofertada e planejada o estudo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no Curso de Licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento na educação do campo do Centro de Educação da UFPB?

Para tanto atender nosso objeto de estudo: Formação dos estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento na educação do campo na área de ensino etnicorracial. Definimos como objetivo geral: Investigar se o Curso de Licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento na educação do campo, do Centro de Educação da UFPB está preparando professores para levar adiante o estudo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena com a abordagem da obrigatoriedade na sala de aula. Como objetivos específicos para alcançar o geral, optamos por: Compreender o motivo da obrigatoriedade e nos estudos da história e cultura afro-brasileira e indígena na legislação educacional; Identificar no fluxograma do Curso de Pedagogia com área de aprofundamento na educação do campo quais às disciplinas abordam a questão dos estudos da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena; E analisar as Ementas e os Planos de Ensino/Curso que abordam o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena;

O presente TCC divide-se estruturalmente nos referidos capítulos: 'Formação de professores/as na Educação do Campo', 'Educação das relações étnico-raciais', 'Análise dos dados' e as considerações finais.

Nas Formações de professores/as na Educação do Campo, discutiremos um embasamento sobre o que é a educação do campo e sobre a formação inicial nas licenciaturas da educação do campo.

No terceiro capítulo Educação das relações étnico-raciais, vamos trabalhar o ensino da história e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena e a formação de professores/as e currículo para o ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena.

Nas análises dos dados descreveremos o Curso de Pedagogia com área de aprofundamento na Educação do Campo e a Análise do fluxograma, ementa e plano das disciplinas que abordam o tema do estudo de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena.

A abordagem metodológica da pesquisa foi qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. Trabalhamos com marcos teórico sobre a Educação do Campo e a Educação das relações etnicorraciais. Com coleta de dados em documentos da

universidade, como fluxograma de Curso, o Projeto Pedagógico, a ementa da disciplina e análise do plano da disciplina. Além disso, foi realizada a aplicação de um questionário focalizado para uma das docentes que ministrou essa disciplina num total de três períodos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é o caminho pelo qual buscaremos as respostas para nossos questionamentos e inquietações, e para esta, utilizamos a abordagem qualitativa.

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32).

Quanto aos objetivos essa pesquisa é delineada como exploratória segundo Gil (2007) tem como um objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Referente aos procedimentos é um estudo de caso.

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

A investigação trata-se de um estudo de caso, a respeito do curso de Pedagogia com área de aprofundamento na Educação do Campo, especificamente do componente curricular: Educação das relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Como instrumentos para coleta de dados foi analisado a ementa e plano da disciplina que aborda a temática e a aplicação de um questionário (APÊNDICE A) a uma das docentes que lecionaram a disciplina.

Para tanto, a análise dos dados se pautou na exploração temática da bibliografia e dos documentos e no parecer do discurso das respostas apresentada pela docente pioneira da disciplina.

3. A LUTA POR EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Na universidade que são formados os futuros profissionais da educação e serão eles que iram atuar em sala de aula sobre a importância da Educação Africana, Afro brasileira e Indígena não só para história do nosso país, mas também para Educação e, com isso, proporcionar um pouco de igualdade social. E é através dessa formação de futuros educadores que a Educação do Campo tem sua participação, pois foi no ano de 2002 que as comunidades quilombolas e indígenas foram consideradas povos do campo.

3.1 O QUE É A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

A Educação do Campo é um paradigma em oposição à educação chamada de rural que foi/é oferecida aos povos do campo. A educação rural é uma perspectiva de ensino que não tem como função principal formar o cidadão, ela é oferecida sem pensar nos sujeitos que iram receber, de péssima qualidade, tanto nas estruturas das escolas, como na formação de professores ou materiais, é uma educação colocada para o campo, mas com os conceitos urbanos. A Educação do/no Campo é uma educação oposta a rural, afirmando isso Caldart (2002, p. 25) define: “O povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação”.

O Movimento Por uma Educação do Campo iniciou com a luta dos Movimentos Sociais do Campo/Cidade buscado melhores condições de vida para os sujeitos das periferias e os sujeitos que vivem e moram no campo. Porque devido ao êxodo rural, diversos agricultores saíram do campo para outros Estados e também para a capital dos mesmos aumentando com isso, as periferias da cidade. E os que ficavam no campo sofria com o descaso, a partir disso começaram as reivindicações no campo a partir do final dos anos 1980 para o início dos anos 1990, de acordo com Oliveira e Campos (2012, p. 239) que apontavam:

O contexto educacional recente do mundo rural vem sendo transformado por movimentos instituintes que começaram a se articular no final dos anos 1980, quando a sociedade civil brasileira vivenciava o processo de saída do regime militar, participando da organização de espaços públicos e de lutas democráticas em prol de vários direitos, dentre eles, a Educação do Campo.

É notório perceber que do final dos anos 80 para a contemporaneidade é pouco tempo, mas nesse curto intervalo aconteceram no campo diversas conquistas e mudanças. O Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou em

Brasília, em Julho de 1997 o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA) e iniciou a organização para I conferência nacional: Por uma educação básica do campo, no município de Luziânia (GO), em Julho de 1998. Um processo de reflexão, mobilização e luta por Educação do Campo foi desencadeada, passando a ser uma responsabilidade assumida por toda sociedade na demanda de um novo processo educacional, visando políticas educacionais metodológicas e parâmetros curriculares que abarquem as especificidades dos povos do Campo.

Os Movimentos Sociais começam a se rebelar, articular e desenvolver diversos encontros que tinham como principal objetivo modificar a vida no campo, levar qualidade e prazer aos povos do campo, e, sobretudo, reconhecer seus direitos, como a Educação do Campo, uma educação com perspectiva contra-hegemônicas e diversas reivindicações voltadas às especificidades dos seus sujeitos.

A rebeldia como sentimento/luta pela emancipação é um traço pedagógico de diversas populações camponesas, indígenas, caiçaras, quilombolas, atingidas por barragens, de agricultores urbanos, que estão buscando a educação a partir de uma perspectiva contra-hegemônica[...] (OLIVEIRA;CAMPOS, 2012, p. 240).

Partindo desse entendimento, os trabalhadores rurais começaram a se mobilizar para que as mudanças educacionais venham ajudar a transformar suas vidas. Como primeira conquista dessas mobilizações, a LDB no artigo 208 da nossa constituição trouxe mudanças na área educacional para os povos do campo, destacando que os sistemas de ensino precisavam adequar o currículo as necessidades do povo, organizar a escola com um calendário adequado às condições do lugar e da natureza.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996).

Outras conquistas aconteceram no âmbito das políticas e desde 1997, no I ENERA, discute-se teoricamente a Educação do Campo, existe várias conquistas, como a resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 que institui diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, a resolução nº 2, de abril de 2008 que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica nas Escolas do Campo, o decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010 que dispõe sobre a política de educação do campo

e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a portaria nº 86, de 1 de fevereiro de 2013 que institui e define as diretrizes do programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) e a lei nº 13.005, de Junho de 2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação (PNE).

4. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Nesse capítulo vamos trabalhar o motivo da obrigatoriedade do ensino da história e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena e a formação de professores/as e currículo para o ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, uma discussão baseada principalmente no boletim 10 de Junho 2007 sobre a Educação Quilombola, em Dutra (2011) ressaltando os direitos quilombolas, nas diretrizes curriculares para os ensinos étnico-raciais nas escolas e sobre a História da Educação do Negro e outras histórias, organizado por Jeruse Romão (2005).

4.1 O MOTIVO DA OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

O Brasil possui um grande número de negro em sua população, e em decorrência ao processo histórico de colonização, possui também uma grande disparidade de desigualdade nos grupos étnico-raciais. Nessa desigualdade restam aos negros e índios os mais baixos níveis de desenvolvimento em comparação com a classe burguesa.

Uma vez que a história é contada pela elite por muito tempo, pouco encontrou sobre os negros, os indígenas e os povos do campo. É uma história de branco, da elite, dos que detinham o poder. O que se fala dos negros na história do Brasil é contada a partir da visão dessas pessoas. Por isso, o movimento afro educação trabalha fortemente para mostrar quem são esses povos e suas culturas, partindo das demandas sociais de suas comunidades. Conforme Cruz (2005, p.23) relata:

A problemática da carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil revela que não são os povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação. Atualmente, os pesquisadores afro-brasileiros que têm desenvolvido estudos sobre o tema negro e educação dão exemplo do caráter histórico, não só das abordagens históricas, como também do próprio campo científico na área de ciências humanas.

É importante perceber que Cruz (2005, p. 30 - 31) conclui o seu trabalho reafirmando que a história educacional da população negra no Brasil é negada, segreda, silenciada e esquecida pelos historiadores da elite, mas que em contrapartida os movimentos negros vêm tornando-se fortes e mostrando procurado evidenciar

informações que retratam as relações educativas do negro com as escolas oficiais e com o próprio movimento negro brasileiro.

A Educação passou a ser investida no Brasil e como diz Pereira (2005, p.37-38) por diversos motivos isso aconteceu, o Estado percebeu que fator de segurança nacional, o desenvolvimento econômico e também as pressões dos movimentos sociais. Mas mesmo com o avanço da educação para todos, ela na sua totalidade não é dada ao povo com qualidade, existe uma divisão de uma escola privada para a elite e uma pública para as classes populares. E nas escolas públicas a questão étnica e cultural ainda está longe de ser contemplada. No seu texto Pereira questionar a seguinte pergunta a respeito dessa questão: Como falar, então, de avanços significativos na educação, se conteúdos e procedimentos didáticos ainda se encontra impermeáveis a essa temática, e a maioria dos agentes educacionais insiste em permanecerem cegos, surdos e mudos à exuberante diversidade de sua clientela, e culpando a grande maioria por não se encaixar nos padrões cognitivos, afetivos, estéticos e comportamentais requeridos?

A Educação é uma forte bandeira de luta dos movimentos populares, pois nos traz um olhar crítico e transformador, capaz de abordar as relações culturais, políticas e econômicas de uma sociedade. E se olharmos para história do nosso país perceberá que as lutas populares nascem na invasão das terras pertencentes aos índios e na escravização dos negros trazidos do continente Africano para o Brasil, a população indígena foi praticamente dizimada e muitos do povo negro devido à opressão que sofriam dos donos de terra, fugiam de seus cativerios, em busca de liberdade e a partir daí foram criados os quilombos. E com esse ato podemos dizer que nessa época é construída uma ideia de libertação, onde eles percebem que também têm direitos, que o centro da sociedade não deve estar apenas em torno de uma classe social, que a cor da pele não definiu quem somos e que organizados podemos lutar para melhorar o mundo.

Depois de anos em que as políticas educacionais ficaram omissas a classe trabalhadora, o grande desafio é desenvolver nas escolas uma pedagogia que proporcione a valorização das identidades brasileiras via um currículo que leve o aluno a conhecer suas origens. Os Movimentos Sociais, lutam para que exista uma mudança de práticas baseadas na Lei n. 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pela Lei n. 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, torna-se oportuno e agora obrigatório o estudo dessa parte da História do Brasil. As “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História” instituem normas

para a implantação da referida Lei (MOURA, 2007, p. 3-4). A autora ainda salienta que a escola com base nessa lei tem por obrigação transmitir a história dos quilombos contemporâneos e de sua situação atual e difundir os saberes, identidades e valores dos povos negros para toda comunidade.

É obrigação da escola a transmissão da história dos quilombos contemporâneos e de sua situação atual. Difundir os saberes dessas populações entre todas as crianças brasileiras é pertinente, como um meio de compreensão e de afirmação de nossa identidade multiétnica e pluricultural, em que se deve basear a defesa consciente dos valores da cidadania. De uma forma mais abrangente, para a sociedade brasileira como um todo também é importante esse conhecimento (MOURA, 2007, p.4).

Os motivos da obrigatoriedade e nos estudos da história e cultura afro-brasileira e indígena na legislação educacional podem ser definidos em cinco (MOURA, 2007, p. 6 - 8): Terra, cultura, história e geografia; saberes tradicionais; organização social, festas, lideranças; experiências inovadoras em Educação Quilombola; e lei n. 10.639/2003 e a Educação Quilombola.

- **TERRA, CULTURA, HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

A questão agrária no Brasil é muito desigual, na época colonial os povos dos campos perderam seu direito a terra, os negros e índios passaram os piores momentos de nossas histórias, a escravidão. Depois quando a terra passou a ser mercadoria, era uma posse apenas para quem possuía dinheiro. No meio desses processos os escravos negavam viver em péssimas condições e fugiam, criando o quilombo.

As terras no Brasil eram possuídas por poucos, um bem de capital não acessível à população. As doações previam estabilizar o pretendente, que teria escravos e se comprometeria a fazer benfeitorias. Ressaltamos, neste texto, o processo de formação de quilombos na Colônia e no Império. Escravos fugiam de fazendas e constituíam resistência à escravatura. Palmares é símbolo-mor, quilombo com quase 100 anos de existência e líderes como Ganga Zumba e Zumbi. Em Palmares, terra era considerada como sinônimo de liberdade. Terra é patrimônio onde se fincam aspirações de despossuídos de espaço para plantar e viver. Os negros libertários fortaleciam-se, causavam apreensão e temor (MOURA, 2007, p.9-10).

Nos quilombos mantém a consciência da história negra, da cultura, religião, costumes e valorização da terra com um bem comum e de sobrevivência para todos.

- **SABERES TRADICIONAIS**

Os saberes quilombolas são perpetuados de geração em geração, como os das (os) parteiras, remedieiras, curandeiras (os), rezadeiras (os), benzedoras (os). Essas pessoas repassam para a comunidade os ensinamentos de suas ancestrais. Esses ensinamentos acontecem pela ligação que o povo tem com sua história, sempre partindo da resistência e luta, é um aspecto importante do universo simbólico e da consciência coletiva dessas comunidades (OLIVEIRA, 2007, p. 15-16).

Na pesquisa realizada junto às parteiras Kalunga, foi possível observar a importância da ancestralidade nesse trabalho. As parteiras sempre se remetem à Brígida³, referência ancestral que estrutura a organização do trabalho e dá força às mulheres. Em geral, nenhuma parteira presta auxílio, sozinha, a uma parturiente. Isso ocorre apenas em situações em que o parto progride rápido demais. Nesses casos, não há tempo para chamar uma ‘cumpanheira’ e acaba sendo uma atuação solo. Caso o processo do parto aconteça de forma costumeira, conta-se com a presença de várias mulheres. E cada uma tem uma função específica no parto, assim como tem também o marido, o(a) filho(a) mais velho(a), a mãe da parturiente, a vizinha, a benzedeira (OLIVEIRA, 2007, p.16).

Uma característica em repassar esses saberes é a atuação pedagógica. Há gerações, esse conhecimento é repassado por meio da tradição oral e por prática, ou seja, pelas ações dos que já detém o conhecimento. Por exemplo: a pessoa escolhida que tem o dom dado por Deus para ser parteira, acompanha uma parteira antiga e a auxilia adquirindo experiências. Todo esse ciclo de ensinamento é repassado no âmbito da oralidade, como Oliveira (2007, p. 17) relata a fala de Maria Pereira, uma parteira da comunidade quilombola pesquisada por ela, a Kalunga, que conta como se deu o processo de transmissão de conhecimentos para os saberes de parteira.

“Quem me ensinou foi minha avó e minha bisavó. Sempre que elas saíam, saíam comigo, saía mais elas, elas me ‘ensinava’. Saía de lá e elas tornava a me ensinar. Tudo de ‘cô’, de cabeça, não tinha nada de letra nenhuma” (Maria Pereira, parteira Kalunga).

Oliveira (2007, p. 18) afirma que os conhecimentos quilombolas em relação ao bioma, a terra e natureza como um todo tem uma grande importância para repassar toda a tradição, por isso eles tem uma educação que vive em harmonia com os animais e as plantas. Por isso que os conhecimentos fitoterápicos e sobre plantas medicinais existem nas comunidades quilombolas e de outros povos tradicionais há gerações.

Contudo, todos esses conhecimentos despertou o interesse do capital, e muitas empresas, principalmente as estrangeiras são atraídas por esses conhecimentos. Além disso, na perspectiva biomédica, existe um processo de medicalização crescente que se impõe sobre essas comunidades, e a busca de normatizar o parto e as práticas de saúde tradicionais.

As diversas intervenções e relações estabelecidas entre o estado e as comunidades quilombolas, potencializadas nas últimas décadas, estabeleceram processos de ressemantização de costumes, práticas e tradições, e estes têm influência direta sobre o remanejamento social, político e cultural da comunidade. São fatores que incidem sobremaneira na atuação das parteiras e “remedieiras” e se colocam como objetos centrais no processo de regulamentação das práticas de saúde nas comunidades. São fatores que dialogam também com os movimentos de expansão do projeto de estado,

no sentido de homogeneizar práticas, controlar corpos e processos orgânicos, como o nascer e o morrer (OLIVEIRA, 2007, p. 18).

No processo de organização quilombola e de outros povos tradicionais é fundamental um processo de valorização dos saberes tradicionais, sobretudo os relacionados a saúde. O que faz com que a escola ganhe um importante papel, pois é a educação que vai ter que agir como mediador na prevenção e divulgação da cultura para os povos quilombolas. Concordando com isso, Oliveira (2007, p. 19):

A educação também é fundamental na preservação da cultura quilombola e, nesse caso, dos saberes tradicionais de saúde. Para que a cultura quilombola se fortaleça, são necessários espaços para frutificar e fortalecer essas práticas. As comunidades têm o direito de ficar onde sempre estiveram. Além do direito à terra, cabe refletir também sobre a educação e o currículo escolar e sobre a relação que a cultura quilombola e os conhecimentos tradicionais de saúde têm com eles. Os conhecimentos tradicionais de saúde (sejam eles quilombolas, indígenas, caiçaras, de terreiro, dentre outros) são pouco estudados e não compõem de forma expressiva os materiais didáticos de nossas escolas. Portanto, apesar de serem fundamentais para muitos povos, são concebidos como inferiores, ou mesmo ultrapassados. Acredito que temos muitas coisas a aprender com esses saberes e, por isso, é fundamental conhecer mais sobre esse universo.

Portanto, a obrigatoriedade e nos estudos da história e cultura afro-brasileira e indígena na legislação educacional torna-se importante no sentido dos saberes tradicionais por caber a educação pesquisas nesse assunto, por refletir essa temática e preservar os saberes desses povos, elaborando um currículo capaz de abarcar as características identitárias dos povos brasileiros.

- **ORGANIZAÇÃO SOCIAL, FESTAS e LIDERANÇAS**

Através das associações comunitárias, os quilombolas vêm se auto-reconhecendo como remanescentes de quilombos e fortalecendo a sua luta pela titulação dos seus territórios. De acordo com a autora a seguir, essas organizações sociais são importantes como partes do controle social das políticas públicas e as organizações sociais quilombolas são partes integrantes desse universo.

As comunidades remanescentes de quilombos no Brasil buscam, cada vez mais, o reconhecimento de seus direitos, a valorização de sua cultura, a afirmação de sua identidade e uma maior participação na sociedade envolvente. Para tanto, é necessário que sejam integradas à sociedade brasileira, do ponto de vista sociopolítico e econômico, por meio de políticas públicas, uma vez que elas são alvo de diferentes formas de discriminação e privação dos direitos humanos fundamentais (GOMES, 2007, p. 22).

Assim, para que se consolide o Estado Democrático de Direito, a representação quilombola deve estar organizada em associações, como já ocorre, pois no âmbito organizacional, os quilombolas, por meio de suas associações comunitárias, clube de mães, associações de trabalhadores rurais, dentre outras, vêm se auto-reconhecendo como remanescentes de quilombos e fortalecendo a sua luta pela titulação dos territórios. No âmbito nacional, desde 1995, os movimentos sociais quilombolas

também vêm se organizando na Conaq – Coordenação Nacional de Quilombos, a partir das associações locais, nos municípios e nos estados-membros. Porém, se essas associações, antes, tinham um certo nível de informalidade, hoje a exigência é que se constituam de maneira formal e jurídica. A organização política implica a compreensão dos instrumentos políticos, dos marcos regulatórios, passa pela formalização de saber empírico em um saber mais formal de representação política. (GOMES, 2007, p. 22-23).

As lideranças possuem um papel importante em difundir as culturas quilombolas, por meio dos ritos e tradições.

Quando se constata a riqueza criativa das vivências dos moradores das comunidades remanescentes de quilombos, principalmente dos mais velhos, no que diz respeito ao uso das ervas medicinais, no modo de trabalhar a terra, de tirar dela seu sustento, nas linguagens gestuais, na música, nas festas, no modo de se divertir, de cantar, dançar e rezar vê-se a importância de ter acesso a esse conhecimento. É esse conhecimento que constitui o contexto em que se tecem as teias de significados que recriam incessantemente sua cultura e sua identidade contrastiva, isto é, a afirmação da diferença. Nas práticas dos moradores das comunidades, há um forte apelo ao reconhecimento dessa identidade (GOMES, 2007, p. 23).

Durante os rituais e festas da comunidade os valores e histórias dos povos são explorados, acontecendo o que Gomes (2007, p. 24) chama de currículo invisível e definido como:

Currículo invisível é a transmissão dos valores, dos princípios de conduta e das normas de convívio, ou, numa palavra, dos padrões socioculturais inerentes à vida comunitária, de maneira informal e não explícita, permitindo uma afirmação positiva da identidade dos membros de um grupo social. A construção desse currículo invisível constitui, assim, um processo histórico, no qual a linguagem e, em especial, as linguagens musicais e corporais, desempenham um papel essencial.

Por meio desse currículo são transmitidas as normas do convívio comunitário e principalmente para as crianças um conhecimento de suas origens e do valor de seus antepassados. As lideranças têm esse papel de organização projetos sociais e culturais para as comunidades.

Sobre o papel da mulher na organização quilombola da comunidade, Gomes (2007, p. 25 - 26) refere-se que elas como fundamental em todo o processo, cuidam das criações, da agricultura, dos filhos, dos idosos, dos recursos naturais providenciando os alimentos para os refugiados, escondendo-os, orientando crianças sobre a luta, rezando, curando com ervas medicinais, são rezadeiras, professoras, agentes de saúde, parteiras, quebradeiras de coco, além de se organizarem em associações, as mulheres foram e continuam sendo peças fundamentais na luta quilombola.

- EXPERIÊNCIAS INOVADORAS em EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Existem diversas dificuldades em implantar uma educação voltada aos interesses quilombolas, que se preocupe com o bioma, com os saberes tradicionais, os saberes místicos, com as festas tradicionais, organização e respeito às lideranças desses povos.

(...) há muito que pesquisar e aprender sobre a história dos quilombos, para além da fuga e da resistência. Atualmente, a situação das diversas comunidades remanescentes de quilombos nos traz questões, entre as quais a da identidade, do pertencimento, da posse da terra, da educação, da saúde, do transporte, do desenvolvimento sustentável, que não podemos deixar de discutir, inclusive na pauta das políticas públicas (LOPES, 2007, p. 28).

Lopes (2007, p. 28 – 33) relata que quando as crianças do quilombo vão estudar fora da sua comunidade elas sofrem discriminações e um processo de acultramento. Por esse motivo torna-se primordial nas escolas.

- LEI n. 10.639/2003 e a EDUCAÇÃO QUILOMBOLA.

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, no dia 09 de janeiro, foi sancionado a Lei n. 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas. Essa lei reforça o debate acerca da importância de uma educação multicultural e para implementar novas práticas de ensino referentes à inclusão da temática racial no ambiente escolar. A lei n. 10.639/2003 determinou os seguintes artigos:

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
 § 1º – O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
 § 2º – Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.
 Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Botelho (2007, p. 34) refere-se que os aspectos cultura afro-brasileira precisam ser percebidos, debatidos e explorados por todos (as), como estratégia para minimizar os preconceitos, as discriminações e o racismo que imperam na sociedade brasileira e atingem, sobretudo, estudantes negros e negras de nosso país. Fala de dois marcos importantes para a inclusão e permanência no sistema educacional brasileiro dos negros: Artigo 26 da Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica; e a Resolução CNE n. 01/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A partir desses instrumentos, os (as) gestores (as) podem contribuir para que a escola transcenda a transmissão do conhecimento e seja, também, um espaço de reflexões críticas acerca dos processos de ensino/aprendizagem de inclusão. Com base em práticas de gestão democrática, podem ainda estimular que a ação dos (as) educadores (as) possibilite a reelaboração dos conteúdos curriculares, a análise reflexiva do contexto sócio-racial e a reelaboração de um saber direcionado para a cidadania (BOTELHO, 2007, 34).

A educação nas escolas precisa ser anti-racista no sentido de contemplar toda diversidade brasileira. Como discute Botelho (2007, 35) essa lei é importante, pois faz com que os educadores estimulem os estudantes a reconhecerem a legitimidade dos diferentes saberes presentes na sociedade e perceberem como cada grupo sócio-racial contribuiu para a formação da identidade cultural do país.

4.2 CURRÍCULO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Neste, subitem encaminhamos uma discussão sobre o currículo para o ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Primeiro se faz necessário uma definição para a palavra currículo, entender o que é? Para que serve? A quem se destina? Como se constrói? Como se implementa? Respostas encontradas no caderno de Indagações sobre currículo do Ministério da Educação.

Há diversas concepções para a palavra currículo entre as quais se destacam os seguintes entendimentos: os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; os planos pedagógicos elaborados pelos professores, escolas e sistemas educacionais; os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus de escolarização (BRASIL, 2007, p. 17-8), podemos resumir currículo envolve os conhecimentos escolares, os procedimentos e as relações sociais para esses conhecimentos serem transmitidos e o que deseja alcançar, com as transformações, valores e identidades.

Sem pretender considerar qualquer uma dessas ou de outras concepções como certa ou como errada, já que elas refletem variados posicionamentos, compromissos e pontos de vista teóricos, podemos afirmar que as discussões sobre o currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que desejamos efetuar nos alunos e alunas, sobre os valores que desejamos inculcar e sobre as identidades que pretendemos construir. Discussões sobre conhecimento,

verdade, poder e identidade marcam, invariavelmente, as discussões sobre questões curriculares.

O no caderno de Indagações sobre currículo do Ministério da Educação (BRASIL, 2007, p. 18-9) aponta currículo como as experiências escolares a qual se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades. Ou seja, é por meio dele que as coisas acontecem na escola, pode ser considerado como o coração da escola.

Mello (2014, p. 1) considera por currículo todo conhecimento que a sociedade considere necessário para o aprendizado dos alunos, ele explica melhor dizendo:

Currículo é tudo aquilo que uma sociedade considera necessário que os alunos aprendam ao longo de sua escolaridade. Como quase todos os temas educacionais, as decisões sobre currículo envolvem diferentes concepções de mundo, de sociedade e, principalmente, diferentes teorias sobre o que é o conhecimento, como é produzido e distribuído, qual seu papel nos destinos humanos. Pode-se agrupar essas teorias em duas grandes vertentes: o currículo centrado no conhecimento e o currículo centrado no aluno.

As vertentes são explicadas por Melo (2014, p. 1 -3), a primeira de um currículo centrado no conhecimento, refere-se a ele como uma fonte de um saber fixo, universal e inquestionável e a escola como lugar de assimilar esse conhecimento de acordo com algumas normas, ele privilegia a apropriação do patrimônio científico cultural acumulado em lugar do avanço em direção a novas descobertas e fronteiras científicas. Já a vertente do currículo centrado no aluno entende que o currículo escolar deve ser constituído do conhecimento reconstruído pelo aluno a partir de suas próprias referências culturais e individuais. Como estabelece o Artigo 26 da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, 20 de dezembro de 1996: “Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

Borges (2010, p. 72-3) argumenta a respeito do artigo 26, acrescido na Lei nº 9,394/1996, mostrando que ele aponta além da inclusão de novos conteúdos, mas direciona para exige que sejam repensadas relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para a aprendizagem, objetivos táticos e explícitos da educação oferecida pelas escolas.

Por meio da promulgação das Leis 10.639, de 2003 e 11.645 de 2008 passou a existir uma inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo das escolas, ou seja, o coração das escolas começou valorizar e reconhecer a cultura desses

povos reparando os danos causados a essa população no Brasil. De acordo com essa temática, Borges (2010, p. 72) comenta:

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica é um momento histórico que objetiva não apenas mudar um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeia para um africano, mas sim ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nessa perspectiva cabe às escolas incluir, no contexto dos estudos, atividades que abordem diariamente as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das raízes africanas e europeias.

O solo brasileiro valorizam as raízes europeias, o sistema educacional brasileiro não contempla nossa herança cultural e desprezam as africanas ou indígenas, existir uma inclusão da cultura e história deles no currículo muda esse paradigma imposto pela classe dominante.

Incluir a história e cultura no currículo significa dizer que a educação passa a ser comprometida em mostrar ao povo as origens do povo brasileiro, é uma oportunidade de entender e problematizar nossa história. Borges (2010, p. 77) considera que para acontecer essa mudança nos currículos é necessário tomar algumas medidas, tais como materiais abordando o tema, política de formação continuada, formação inicial nas licenciaturas e envolver toda comunidade escolar no projeto de valorização das raízes brasileiras.

É preciso além da publicação de materiais sobre tais temáticas, uma urgente política de formação continuada para capacitar os professores a trabalharem com tal temática. Outras medidas urgentes se fazem necessárias: é preciso que os cursos de Licenciatura apresentem disciplinas que discutam a temática História e Cultura Afro-Brasileira e indígena, oferecendo assim embasamento teórico aos futuros professores. Faz-se urgente ainda envolver a comunidade escolar em um projeto de discussão, de problematização e de engajamento em ações concretas que visem à valorização da diversidade cultural brasileira.

Considerando que os professores só podem transmitir um conhecimento se tomarem posse dele, nosso interesse é compreender como os alunos da licenciatura estão sendo preparados na universidade.

5 ANÁLISE DOS DADOS

No seguinte capítulo, abordaremos como vem acontecendo a formação inicial na licenciatura de Pedagogia com área de aprofundamento na Educação do Campo. Primeiro uma descrição do curso e depois analisaremos o componente curricular que contem essa temática.

5.1 O CURSO DE PEDAGOGIA COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O Curso funciona no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, funciona desde 2009 e fruto de um Programa do Governo Federal de Apoio os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), conforme o Ministério de Educação (BRASIL, 2016) ele pode ser definido como:

A expansão do ensino superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação. Para alcançar o objetivo, todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao ministério planos de reestruturação, de acordo com a orientação do Reuni. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão.

Por meio da Resolução nº47/ 2009 foi aprovado o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia, Licenciatura, com Área de Aprofundamento em Educação do Campo, do Centro de Educação, Campus I, da UFPB. O curso é delineado pelos seguintes objetivos:

- Objetivo Geral:

Proporcionar a formação de professores de nível superior através do Curso de Licenciatura em Pedagogia, área de aprofundamento em Educação do Campo, para atuar em projetos educativos nas áreas rurais em geral e de assentamentos dos movimentos sociais do campo.

- Objetivos Específicos:

Formar professores que estejam em condições de suprir demandas sócio-culturais, relacionadas ao seu campo de conhecimento e atuação, seja no campo da educação formal seja no campo dos movimentos sociais;

Propiciar aos futuros professores, uma formação abrangente, nas dimensões: cultural, política, epistemológica, ética e estética, que os torne aptos a desenvolverem estratégias educativas democratizadoras de acesso ao conhecimento, numa perspectiva sócio-histórica;

Qualificar a atuação profissional dos educadores do campo, elevando, assim, o nível de conhecimento dos filhos dos camponeses, bem como dos membros das comunidades e assentamentos rurais;

Formar professores/pesquisadores em Pedagogia para atuar de 1º ao 4º anos da Educação Fundamental, tendo como perspectiva um referencial teórico-metodológico interdisciplinar e investigativo, desenvolvendo saberes pedagógicos a partir das questões vividas na prática cotidiana das escolas e dos educandos;

Ofertar o curso de Licenciatura em Pedagogia, para educadores das áreas rurais e dos Assentamentos da reforma agrária para atender às necessidades de melhoria da educação;

Promover a educação do aluno do campo, enfatizando a relação com a cultura, valores, com a formação para o trabalho e participação social.

Proporcionar uma prática educativa a partir do diálogo com as grandes questões de educação e de desenvolvimento social, a fim de desenvolver uma formação crítica.

Desenvolver projeto educativo em articulação com estratégias específicas de desenvolvimento humano e social do campo e de seus sujeitos.

Desenvolver formação que propicie o exercício de atividades de assessoramento e gestão pedagógica em projetos educativos nas áreas de assentamentos dos movimentos sociais do campo.

Promover a integração Universidade Federal da Paraíba com os movimentos sociais do campo, na prática de Educação e Movimentos Sociais, a partir do envolvimento de professores e alunos (UFPB, 2009, p. 3).

O perfil dos estudantes é definido na resolução (UFPB, 2009, p. 3) como sendo:

O perfil do Licenciado em Pedagogia a partir da formação comum da docência na Educação Básica está estruturado de forma a garantir uma consistente formação teórica, uma diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso. Tem uma sólida formação de base generalista, crítica e ética, possibilitando ao cidadão-profissional aprofundamento em áreas de conhecimento do Curso e desenvolvendo uma preocupação com a formação continuada. Almeja-se para a formação do profissional da educação, que ele tenha domínio dos conteúdos e a compreensão crítica daquilo que ensina e faz; conheça as novas tecnologias e que as utilize, de acordo com o projeto político de emancipação das classes menos privilegiadas; tenha na sua formação uma especificidade que contribua para o trabalho coletivo e interdisciplinar na escola; e tenha a compreensão das relações entre a escola e a sociedade.

A respeito das competências e habilidades, a resolução (UFPB, 2009, p.4) aponta que deve ser coerentes com seus objetivos e com o perfil profissional.

- Analisar, descrever e explicar as práticas educativas na escola, à luz de distintas teorias;
- Dominar os conteúdos específicos às áreas básicas do ensino nas séries iniciais do Ensino Fundamental (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Literatura Infantil), estando capacitado a desenvolver a prática pedagógica numa perspectiva multidisciplinar;
- Interpretar a prática educativa a partir dos conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira, regional e local;
- Resolver situações-problemas que exijam análise, síntese, avaliação e aplicação de conhecimentos;
- Utilizar formas distintas de acessar e processar conhecimentos, estratégias de ensino e materiais didáticos diversificados; bem como compreender as transformações no mundo atual mediadas por novas tecnologias;
- Articular os conhecimentos científicos com as experiências vivenciadas na prática pedagógica e com a realidade dos alunos;
- Posicionar-se criticamente frente à realidade de forma a contribuir no processo de construção social consciente e criativamente;
- Estabelecer relações entre as diferentes áreas do conhecimento, de modo a propiciar ao educando a construção de uma visão de totalidade imprescindível a construção do conhecimento;
- Propor formas de interação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e outras práticas sociais concebendo-as como espaços educativos;
- Respeitar e tolerar as diferenças - pluralidade de idéias e concepções -, contribuindo para o convívio democrático e o desenvolvimento da sensibilidade ética e da solidariedade;

- Participar da construção coletiva do projeto político - pedagógico contribuindo no exercício da gestão democrática da educação;
- Manter-se informado sobre as transformações sociais e sobre os novos conhecimentos produzidos, de forma a definir e redefinir o seu papel de educador;
- Demonstrar autonomia intelectual no exercício de sua atividade ao tomar decisões e apresentar soluções alternativas no tratamento das questões educativas;
- Refletir sobre o conhecimento historicamente acumulado, intervindo na construção de um novo saber;
- Apresentar condições teórico-metodológicas para coordenar e executar programas, projetos e experiências vinculadas a processos formais de escolarização e processos não formais de práticas alternativas em educação.
- Entender os novos parâmetros da cultura como atividade humana, como prática de produção e de criação;
- Compreender o processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal;
- Compreender a dinâmica da realidade, utilizando-se das diferentes áreas do conhecimento para produzir a teoria pedagógica;
- Identificar os processos pedagógicos que se desenvolvem na prática social concreta que ocorrem nas instituições escolares e também fora delas, nos demais locus educativos;
- Equacionar os fundamentos das políticas públicas em especial no campo educacional e, a partir delas, intervir nas diferentes instâncias, em condições de propor/alterar/contrapor políticas educacionais, pedagógicas e curriculares, de forma a eliminar as discriminações e a seletividade que hoje impedem o acesso e o direito à educação;
- Buscar articulações que permitam a unidade teoria/prática no trabalho pedagógico;
- Vivenciar o trabalho coletivo e interdisciplinar no trabalho pedagógico, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional;
- Implementar formas de gestão democrática na escola, estando em condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola;
- Assumir o compromisso de contribuir para a melhoria da educação e das condições sociais sobre as quais ela se dá.
- promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- promover diálogo sobre valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo do campo;
- atuar como agentes inter-culturais, com vistas a valorização e o estudo de temas relacionados à educação do campo.

Na composição curricular do Curso contém o seguinte componente: Educação das relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, com a carga horária de 60h e 4 créditos. O seguinte subitem tem como proposta analisar o plano da disciplina e partindo da visão dos professores que a ministram compreender a importância da disciplina para os Licenciados.

5.2 ANÁLISE DO COMPONENTE CURRICULAR QUE ABORDA O TEMA DO ESTUDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

O Componente curricular *Educação das relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana* possui a carga horária de 60h e enuncia a seguinte ementa:

Trabalhar as diretrizes propostas pela Lei 10.639/03: a educação na perspectiva da superação do racismo e do respeito à diversidade; o ensino de história e cultura africana e o ensino de história e cultura afro-brasileira, contextualizando-as a partir do desenvolvimento sócio-histórico e cultural brasileiro. Desenvolver atividades teórico-práticas visando possibilidades de diversificação curricular, formação e atuação dos profissionais da educação. (PPC, 2008).

A partir desse conteúdo, a referida docente ministrante se pautou pelos seguintes eixos temáticos: Relações Raciais no Brasil; História da África, História Afro-brasileira; Cultura paraibana e influências africanas e Legislação educacional e relações étnicorraciais. Sendo que está explícito que o conteúdo está bastante focalizado para as temáticas africanas e afro-brasileiras, ainda não, contemplando as temáticas indígenas, o que só foi possível ser atualizado e ministrado por outros docentes, a partir de 2010. Este marco tem haver com a avaliação institucional e a introdução das Diretrizes Curriculares para a Educação Indígena nas disciplinas que já contemplavam os conteúdos africanos.

Seguindo as atividades propostas no Plano Docente, observamos que o mesmo teve como objetivos: “Oferecer subsídios teóricos para as discussões das relações étnicorraciais e acesso a conteúdos que possam ser oferecidos aos alunos do Ensino Fundamental e Médio no bojo das exigências trazidas pela Lei 10639/03” (PPC, 2008).

A metodologia e estratégia de ensino adotada foi a de “Aulas expositivas; leituras prévias individuais de textos indicados; discussão dos textos; debates; análise de materiais didáticos e audiovisuais (músicas e filmes)” (idem).

Ao realizarmos a aplicação de questionário, contemplando assertivas sobre o processo de ensino e aprendizagem acerca do que o planejamento pedagógico sugeriu em termos de atividades conseguimos as seguintes respostas, conforme o quadro, a seguir, para posterior análise do discurso:

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1 Quantos semestres ministrou a disciplina: Educação das relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no curso de Pedagogia com área de aprofundamento na educação do campo?	3 (três)
2 Qual a importância de discutir essa temática nos cursos de licenciaturas, em sua opinião?	Sou formada em licenciatura e bacharelado em história e considero que em todas as licenciaturas e, também, nos cursos de bacharelado precisamos ter formação na área temática das relações étnicorraciais, enquanto cidadãos, e, por conseguinte, enquanto formadores de pensamento crítico. O Brasil é fruto de várias culturas, e carrega em si as marcas da escravidão e também da ancestralidade. Independente de ser negro ou não, essa é uma temática muito cara e necessária.
3 Na composição curricular do Curso de Pedagogia – Educação do Campo a disciplina é ofertada na modalidade optativa, como você considera o interesse por cursá-la pelos estudantes? E por que razão isso acontece?	Não ela é ofertada em caráter obrigatória, a Coordenação do Curso é que decidiu colocar em formato optativa. Os estudantes se interessam e muito.
4 Quando os estudantes estão frequentando a disciplina é possível notar mudanças comportando a respeito da temática?	Sim, porque trabalhamos as discussões sobre identidade racial e superação do racismo. Muitas alunas, ao final do curso deixaram de se reconhecer “morenas” e passaram a se reconhecer negras.
5 Os estudantes mostram conhecer a temática?	Os que dizem conhecer, só possuíam o conhecimento superficial, ou deslocados de fontes científicas.
6 Os estudantes já demonstram interesse em possuir mais disciplinas que abordem a temática?	O que eles demonstram, quando passam a conhecer é o interesse em começar a desenvolver pesquisas e trabalhos de conclusão de curso. Seria muito que em outras disciplinas este conhecimento pudesse ser trabalhado, também, inter e multi disciplinarmente. E a disciplina, de fato, passar a ser ofertada de forma obrigatória.

7 Quais questões chamam mais atenções dos estudantes na disciplina?	Identidade, contexto escravocrata (quilombos) e formação de professores/as.
8 Como você avalia o impacto da disciplina na vida dos estudantes?	O impacto maior é que muitos se descobrem racistas ou passam a perceber que nas famílias, universidade e sociedade como um todo o racismo está por toda parte. O processo tem que ser contínuo, se não o estudante, apenas se interessa no momento da disciplina e depois se desinteressa, se pensarmos no impacto na produção, como já disse, alguns seguem adiante inclusive como pesquisadores.
9 Qual crítica você faz a referente disciplina?	Poderia está obrigatória no currículo e ter uma carga horária maior.
10 Como costuma ser sua metodologia nessa disciplina?	Trabalho leituras individuais e coletivas, com o intuito de levantar questões problematizadoras; filmes e aulas-campo, e convido outros pesquisadores da área para realizar palestras.
11 Como costuma ser suas avaliações nessa disciplina?	Avaliação conteudista diagnóstica e contínua. Considero critérios de oralidade e de escrita de acordo com as normas da língua vigente e científica da ABNT.
12 Comente uma experiência com os estudantes na disciplina.	Realizamos uma visita a uma escola quilombola e foi bastante significativo, do ponto de vista da compreensão da cultura negra e afro-brasileira.

Fonte: dados coletados pela pesquisadora em maio de 2017.

A professora ministrante da temática “educação das relações etnicorraciais” que nos forneceu constructos para servir de base em nossas análises, considerou importante essa discussão nas Licenciaturas e, do mesmo modo, nos Cursos de bacharelados.

Sugeri que essa disciplina passasse a ser ofertada em nosso Curso de Pedagogia (área de aprofundamento em educação do campo), de forma obrigatória. No entanto, a referida disciplina consta no fluxograma em formato de blocagem, passa a ser, portanto, uma optativa que o estudante queira ou não terá que cursá-la.

Ao abordar sobre o campo de importância do tema na visão do estudante e se o mesmo mudou em relação ao interesse, obtivemos um “sim” como resposta. E mais ainda, a docente relatou que “Muitas alunas, ao final do curso deixaram de se reconhecer “morenas” e passaram a se reconhecer negras”.

Compreendemos que essa discussão do “ser morena” é complexa. Pois, depende se a pessoa considera essa tonalidade de cor de pele um tipo de constrangimento, que leve a ter vergonha, daí, se as estudantes tivessem nessa condição, tal mudança foi significativa. Mas, se a condição de “ser morena” é algo relacionado ao entendimento do fruto de uma miscigenação e que não caracterize vergonha, e pelo contrário, uma relação de identidade híbrida, em nossa compreensão não há necessidade de haver uma mudança nessa constatação.

Além disso, a docente possui percepção que a fase anterior de ensino não traz um aprofundamento sobre o tema, uma vez que os estudantes chegam à universidade com um conhecimento bastante “superficial”. Porém, ao se depararem com os conteúdos, enriquecem o conhecimento e alguns podem iniciar pesquisas. Existe uma defesa explícita de que esse conteúdo possa ser ensinado através de forma inter e multi disciplinar, igualmente.

Com relação aos saberes e aprendizagens sobre o tema, o conteúdo destacado foi os temas/conceitos “Identidade, contexto escravocrata (quilombos) e formação de professores/as”. Na questão sobre o impacto na vida dos estudantes analisamos que a professora observou que “muitos se descobriram racistas”. E que, portanto, precisa-se ter esse debate tanto na formação inicial, quanto na formação continuada.

Como possíveis mudanças e contribuições, o enunciado das respostas sugeriu mudar o caráter da disciplina para obrigatória e aumentar o tempo da carga horária. Em nossa compreensão essa mudança pode não ser possível no contexto do atual PPP, mas poderia ser planejada para ser aprofundada em outras disciplinas.

Os aspectos metodológicos são pertinentes aos que já foram descritos no plano de curso, porém chamou à atenção a ideia de realizar palestras com convidados que atuem no tema. Prontamente, discorreu sobre o processo avaliativo que foi dito ser conteudista, em suas fases diagnóstica e formativa. Uma das experiências marcantes da docente-pesquisadora foi o fato de inovar realizando aula-campo em uma comunidade quilombola, o que deixou em sua memória uma rica experiência com os estudantes da turma de Educação etnicorracial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação revelou que apesar de ser um avanço a instituição de ensino das relações etnicorraciais, no Curso e Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo, ainda, se faz necessário avançar em termos pedagógicos que precisam ser revisados, tais como: ampliar o conteúdo para o ensino de educação indígena; uma necessária articulação entre os docentes que ministram essa disciplina com outros docentes envolvidos nessa temática nas mais variadas licenciaturas e até bacharelados. Possibilitar o aprofundamento dos alunos do Curso de Pedagogia (educação do campo) em outros níveis de ensino.

As aprendizagens foram bastante significativas, tanto em nossa condição de estudante aprendente na disciplina, quanto na realização dessa pesquisa. Um destaque foi à compreensão de que as religiões africanas e indígenas podem nos trazer muitos ensinamentos e é necessário combater os preconceitos.

Outro destaque é que os conteúdos são extensos e que se faz necessário se trabalhar de forma interdisciplinar e multidisciplinarmente para somar aos objetivos propostos no planejamento didático da formação docente.

Por fim, esta pesquisa me despertou para novas questões investigativas, para em outro momento, poder aprofundar o processo metodológico de como melhor realizar esse tipo de abordagem em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. *A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica*. Revista Mestrado em História, v.12, n.1, jan./jun. Vassouras: 2010 p.71- 84. In: http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A_Inclusao_dahistoriaculturaafro.pdf.

BOTELHO, Denise. *Lei n. 10.639/2003 e a Educação Quilombola: Inclusão educacional e população negra brasileira*. In: BRASIL, Ministério de Educação. Boletim 10: Educação Quilombola. Salto para o futuro. Brasil, 2007.

BRASIL. *Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9394/96, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.*

BRASIL, Ministério da Educação. *Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura* / [Antônio Flávio Barbosa Moreira, Vera Maria Candau] ; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

CALDART, Roseli Salete. *Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção*. In: KOLLING, Jorge Edgar; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. *Educação do Campo: identidade e políticas públicas*. Brasília: DF, 2002.

CRUZ, Mariléia dos Santos. *Uma abordagem sobre a história da educação dos negros*. In: *História da Educação do Negro e outras histórias*. Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

DIAS, Lucimar Rosa. *Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais* – da LDB de 1961 à Lei 10.639, de 2003. Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo (ORG.) *Métodos de pesquisa* / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Verônica. *ORGANIZAÇÃO SOCIAL, FESTAS, LIDERANÇAS: Organização social e festas como veículos de educação não-formal*. In: BRASIL, Ministério de Educação. Boletim 10: Educação Quilombola. Salto para o futuro. Brasil, 2007.

LOPES, Ana Lucia. *EXPERIÊNCIAS INOVADORAS EM EDUCAÇÃO QUILOMBOLAS: kalunga, escola e identidade - experiências inovadoras de educação nos quilombos*. In: BRASIL, Ministério de Educação. Boletim 10: Educação Quilombola. Salto para o futuro. Brasil, 2007.

MEC, Ministério da Educação. *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)*. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>.

MELLO, Guiomar Namó. *CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: concepções e políticas*. Brasil, 2014.

MOURA, Gloria. *Proposta Pedagógica*. In: BRASIL, Ministério de Educação. Boletim 10: Educação Quilombola. Salto para o futuro. Brasil, 2007.

MOURA, Gloria. *TERRA, CULTURA, HISTÓRIA, GEOGRAFIA: Quilombo: conceito*. In: BRASIL, Ministério de Educação. Boletim 10: Educação Quilombola. Salto para o futuro. Brasil, 2007b.

OLIVEIRA, Bárbara. *SABERES TRADICIONAIS: Saberes tradicionais de saúde*. In: BRASIL, Ministério de Educação. Boletim 10: Educação Quilombola. Salto para o futuro. Brasil, 2007.

OLIVEIRA, L. M. T; CAMPOS, M. *Educação Básica do Campo*. In *Dicionário da Educação do Campo*, Caldart, R. et. al. (orgs.) Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012 (239-246).

PAULA, Benjamin Xavier de; GUIMARÃES, Selva. *10 anos da lei federal nº 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas*. Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 435-448, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n2/v40n2a09.pdf>

PEREIRA, Amauri Mendes. *Escola: espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra*. Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

UFPB/CONSEPE. *Projeto político-pedagógico do Curso de Pedagogia, Licenciatura, com Área de Aprofundamento em Educação do Campo*. Aprovado pela Resolução nº 47/2009, em 28 de abril de 2009. João Pessoa, PB: CONSEPE, 2009.

WEBGRAFIAS

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>

http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A_Inclusao_dahistoriaculturaafro.pdf

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/viewFile/2322/1907>

http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2015/08/artigos/cultura_africana.pdf

<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72002>

<http://usj.edu.br/wp-content/uploads/2015/04/TCC-Sabrina-Ana-Maria-da-Silva.pdf>

http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/guiomar_pesquisa.pdf

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>

APENDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA

Pesquisadora	Alexandra Costa Alves da Silva
Orientadora	Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira
Co-orientadora	Ana Clara da Silva Nascimento
Temática	Formação dos estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento na educação do campo na área de ensino Etnicorracial
Contato	email: Telefone:

Professor(a), Este questionário é parte de uma pesquisa sobre meu Trabalho de Conclusão de Curso e suas respostas são muito importantes para que a fase exploratória deste estudo, o qual definimos como objetivo geral: Investigar se o Curso de Licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento na educação do campo, do Centro de Educação da UFPB está preparando professores para levar adiante o estudo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena com a abordagem da obrigatoriedade na sala de aula. Como objetivos específicos para alcançar o geral, optamos por: Compreender o motivo da obrigatoriedade e nos estudos da história e cultura afro-brasileira e indígena na legislação educacional; Averiguar a orientação institucional da UFPB para a obrigatoriedade do ensino de história africana, afro-brasileira e indígena nas Licenciaturas; Identificar no fluxograma do Curso de Pedagogia com área de aprofundamento na educação do campo quais as disciplinas abordam a questão dos estudos da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena; E analisar as Ementas e os Planos de Ensino/Curso que abordam o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Por favor, responda as questões abaixo, desde já, agradeço-lhe por sua colaboração.

1. Quantos semestres ministrou a disciplina: Educação das relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no curso de Pedagogia com área de aprofundamento na educação do campo?
2. Qual a importância de discutir essa temática nos cursos de licenciaturas, em sua opinião?
3. Na composição curricular do Curso de Pedagogia – Educação do Campo a disciplina é ofertada na modalidade optativa, como você considera o interesse por cursá-la pelos estudantes? E por que razão isso acontece?
4. Quando os estudantes estão frequentando a disciplina é possível notar mudanças de comportamento a respeito da temática?
5. Os estudantes mostram conhecer a temática?
7. Quais questões chamam mais atenções dos estudantes na disciplina?

8. Como você avalia o impacto da disciplina na vida dos estudantes?
9. Qual crítica você faz a referente disciplina?
10. Como costuma ser sua metodologia nessa disciplina?
11. Como costuma serem suas avaliações nessa disciplina?
12. Comente uma experiência com os estudantes na disciplina.

Termo de Consentimento Informado

Eu, _____
RG _____, concordo em participar da pesquisa
“FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS E A OBRIGATORIEDADE DO ESTUDO DA
HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: uma
compreensão da Licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento na educação
do campo”, parte integrante do trabalho de conclusão de curso da aluna de Pedagogia,
ALEXANDRA COSTA ALVES DA SILVA. Como depoente, autorizo o uso dos dados
do questionário escrito.

Assinatura do (a) participante